INSTITUTO CULTURAL ISRAELITA BRASILEIRO

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

INSTITUTO CULTURAL ISRAELITA BRASILEIRO

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Tel.: + 55 11 3848 5880
Fax: + 55 11 3045 7363
www.bdo.com.br

Rua Major Quedinho, 90
Consolação - São Paulo, SP
Brasil 01050-030

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e Conselheiros da
Instituto Cultural Israelita Brasileiro
São Paulo – SP

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Instituto Cultural Israelita Brasileiro ("Entidade")**, que compreendem em 31 de dezembro de 2023 o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos decorrentes dos assuntos descritos no parágrafo a seguir intitulado "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações contábeis referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Instituto Cultural Israelita Brasileiro** em 31 de dezembro de 2023 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

(a) Não contabilização de receitas e despesas com trabalhos voluntários conforme ITG 2002 R1

Observamos que a empresa não contabilizou adequadamente as receitas e despesas relacionadas aos trabalhos voluntários, conforme exigido pela Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 R1 do CPC. A não observância desses requisitos contábeis pode resultar em distorções significativas nas demonstrações financeiras e afetar a compreensão adequada dos resultados financeiros da empresa. A não contabilização das receitas e despesas com trabalhos voluntários pode distorcer a verdadeira situação financeira e os resultados operacionais da empresa, o que pode afetar a tomada de decisão dos usuários das demonstrações financeiras.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

BDO RCS Auditores Independen Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondente ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, cujos valores estão sendo apresentados nestas demonstrações contábeis de maneira comparativa, foi conduzido sob responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 17 de abril de 2023, sem modificação.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de junho de 2024.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Carlos Aragaki
Contador CRC 1 SP 132091/O

CASA DO POVO

BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2023

ATIVO	Nota	2023	2022
CIRCULANTE		**4.033.729**	**4.349.436**
Bancos conta movimento	1	1.506	100
Aplicações financeiras	1	4.031.620	4.308.733
Créditos		-	40.000
Tributos federais a recuperar	2	603	603
NÃO CIRCULANTE		**6.656.257**	**6.794.359**
Imobilizado	3	6.656.257	6.794.359
TOTAL DO ATIVO		**10.689.985**	**11.143.794**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE		**1.637.964**	**2.197.887**
Salários e Encargos Sociais a recolher	4	988	4.458
Projetos a realizar	5	1.590.019	2.140.349
Obrigações Fiscais	6	28.934	39.101
Provisões Trabalhistas	7	18.022	13.979
NÃO CIRCULANTE		**48.286**	**91.414**
Parcelamentos	6	48.286	91.414
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8	**9.003.735**	**8.854.494**
Patrimônio Social		2.246.861	875.854
Ajustes de avaliação patrimonial		6.607.632	6.764.403
Superávit/ Deficit do Exercício	12	149.242	1.214.236
TOTAL DO PASSIVO E PATRÍMÔNIO LÍQUIDO		**10.689.985**	**11.143.794**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CASA
DO POVO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2023

		2023	2022
RECEITAS OPERACIONAIS	**Nota**	**4.455.862**	**3.567.093**
Receitas das atividades	9	**4.455.862**	**3.567.093**
Subvenções Governamentais - União		1.048.673	1.179.867
Subvenções Governamentais - Estados		525.157	124.067
Subvenções Não Governamentais de Pessoas Jurídicas		-	889.987
Doações Não Governamentais - Pessoas Físicas e Jurídicas		370.237	101.004
Mensalidades		300	6.427
Outras Receitas das Atividades		2.122.196	930.312
Receita de aluguéis		112.609	182.666
Receitas de Aplicações Financeiras		276.689	152.763
DESPESAS OPERACIONAIS	9	**(4.306.620)**	**(2.352.857)**
DESPESA COM PESSOAL		**(234.841)**	**(161.640)**
Ordenados, Salários, Gratificações e Outras Remunerações a E		(147.462)	(102.097)
Encargos Sociais com Empregados		(48.965)	(35.057)
Despesa com Provisão para Remuneração e Encargos dos Emprega		(18.022)	(13.949)
Alimentação/ Refeição		(17.798)	(8.800)
Vale Transporte		(2.594)	(1.737)
DESPESAS DAS ATIVIDADES	10	**(3.967.128)**	**(2.153.458)**
Prestação de Serviços por Pessoas Jurídicas - Apoio a projetos		(1.200.121)	(853.524)
Prestação de Serviços por Pessoas Jurídicas - Institucional		(212.509)	(206.171)
Locação de Equipamentos		(1.490)	-
Despesas de Consumo (Água/Esgoto/Energia Elétrica/Comunicaçã		(39.653)	(37.476)
Despesas de Consumo (Materiais de Expediente)		(133.539)	(83.549)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens e Instalações-Reformas		(110.843)	(156.180)
Despesas com Viagens, Diárias e Ajuda de Custo		(750)	(3.785)
Depreciações e amortizações		(146.032)	(12.182)
Outras Despesas Administrativas		(18.241)	(14.214)
Outras despesas relac. programas, projetos ou ações		(20.002)	(62.585)
Prestação de serviços por pessoas juridicas (projetos, editais e eventos)		(2.083.948)	(723.791)
DESPESAS FIN. E TRIBUTARIAS	10	**(104.651)**	**(37.759)**
Multas (trib)		-	(26)
Despesa de juros e multas (fin)		-	(18)
IRRF s/ aplicação financeira		(60.866)	(15.820)
Outras Despesas Financeiras		(5.978)	(5.853)
Despesa com tributos Federais		(10.121)	(6.603)
Despesas com Tributos Municipais		(27.686)	(9.438)
Superávit do Exercício	12	**149.242**	**1.214.236**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CASA
DO POVO

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais)

	2023	2022
Superávit líquido do exercício	149.242	1.214.236
Total do resultado abrangente do exercício	149.242	1.214.236

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CASA
DO POVO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2023

	Patrimônio Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Superávits Acumulados	Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**482.975**		**392.879**	**875.854**
Incorporação para Patrimônio	392.879		(392.879)	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	6.764.403	-	6.764.403
Superávit do Exercício	-		1.214.236	1.214.236
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**875.854**	**6.764.403**	**1.214.236**	**8.854.494**
Incorporação para Patrimônio	1.214.236		(1.214.236)	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	156.771	(156.771)	-	-
Superávit do Exercício	-		149.242	149.242
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	**2.246.861**	**6.607.632**	**149.242**	**9.003.735**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CASA
DO POVO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2023

	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
a) Resultado Ajustado	**295.274**	**1.226.418**
Superávit do exercício	149.242	1.214.236
Depreciação	146.032	12.182
b) Decréscimo (Acréscimo) do Ativo	**40.000**	**(38.947)**
Valores a receber	40.000	(39.325)
c) Acréscimo (Decréscimo) do Passivo	**(603.051)**	**661.230**
Encargos sociais a recolher	(3.470)	(420)
Projetos a realizar	(550.330)	707.965
Obrigações fiscais	(10.167)	(4.721)
Provisão Trabalhistas	4.043	1.533
Parcelamentos	(43.128)	(43.128)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**(267.777)**	**1.848.701**
Aquisição de Ativo Imobilizado	(7.930)	(7.385)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(7.930)**	**(7.385)**
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) EM EQUIVALENTES DE CAIXA	**(275.707)**	**1.841.315**
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	**(275.707)**	**1.841.315**
SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.308.833	2.467.517
SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.033.126	4.308.833

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO CULTURAL ISRAELITA BRASILEIRO CNPJ 62.778.576/0001-31- NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2023.

CONTEXTO OPERACIONAL

A Casa do Povo é uma pessoa jurídica de direito privado, constituída em 31 de março de 1948, sob a forma de associação de defesa de direitos sociais, com sede no município de São Paulo, estado de São Paulo. A Casa fica localizada na Rua Três Rios 252 no centro da cidade na cidade do Bom Retiro.

A Casa do Povo é um centro cultural que revisita e reinventa as noções de cultura, comunidade e memória.

Habitada por uma dezena de grupos, movimentos e coletivos, alguns há décadas e outros mais recentes, a Casa do Povo atua no campo expandido da cultura. Sua programação transdisciplinar, processual e engajada entende a arte como ferramenta crítica dentro de um processo de transformação social. Sem grade fixa de programação e com horários flexíveis, a Casa do Povo se adapta às necessidades de cada projeto, de forma a atender tanto associações do bairro quanto propostas artísticas fora dos padrões. Seus eixos de trabalho (memória, práticas coletivas e engajadas, diálogo e envolvimento com o seu entorno) são pensados a partir do contexto contemporâneo em relação direta com suas premissas históricas, judaicas e humanistas.

A associação tem por objetivo estatutário promover os valores culturais em geral e, em particular os que identifiquem as comunidades brasileiras e de origem judaica, em todo o território nacional, por meio da promoção de atividades culturais, educacionais, sociais e assistenciais.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TG mediante pronunciamentos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), notadamente a ITG 2002 (R1) “Entidade sem finalidade de lucros”.

FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL - RESOLUÇÃO CFC Nº 1.330/11 (NBC ITG 2000)

A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A entidade manter em boa ordem a documentação contábil.

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

1 - Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor;

Aplicações de Liquidez Imediata: As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço;

Os valores de caixa e equivalente de Caixa, em 2023 foi de 4.033.1266 desse valor, 39,40% estão relacionados com projetos a realizar, e o restante é o recurso institucional.

Caixa e Equivalente de Caixa	**2023**	**2022**
BANCO CONTA MOVIMENTO	1.506	100
BANCO CONTA APLICAÇÃO (a)	4.031.620	4.308.733
Total	**4.033.126**	**4.308.833**

(a) As taxas praticadas correspondem a 100,00 % do DI

2 –Tributos federais a recuperar:

Os tributos federais a recuperar, trata-se de impostos que foram debitados duas vezes da conta corrente, e por serem IRRF sobre folha e FGTS, iremos solicitar a compensação do imposto sobre folha.

3 – Imobilizado: Os itens do imobilizado são registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação.

Gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado.

Os ativos do imobilizado têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Não foram identificados indicadores de perdas de valor para os ativos nos exercícios de 2023 e de 2022.

IMOBILIZADO	**Saldo Inicial**	**Aquisição**	**Baixa**	**Saldo Final**
Terrenos	3.800.000	-	-	3.800.000
Edifícios e Construções	2.700.000	-	-	2.700.000
Equipamentos de Informática	59.710	7.930	-	67.640
Equipamentos de Som, Áudio e Vídeo	13.760	-	-	13.760
Máquinas, Equipamentos e Instalações	11.740	-	-	11.740
Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais	179.331	-	-	179.331
Instrumentos Musicais	42.000	-	-	42.000
(-) Depreciação Acumulada	**(12.182)**	**(146.032)**	**-**	**(158.215)**
Edifícios e Construções	(9.000)	(108.000)	-	(117.000)
Equipamentos de Informática	(1.305)	(15.509)	-	(16.815)
Equipamentos de Som, Áudio e Vídeo	(229)	(2.752)	-	(2.981)
Máquinas, Equipamentos e Instalações	(89)	(1.067)	-	(1.156)
Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais	(1.364)	(16.370)	-	(17.735)
Instrumentos Musicais	(194)	(2.333)	-	(2.528)
Saldo total de Imobilizado	**6.794.359**	**(138.102)**	**-**	**6.656.257**

4 – Salários e Encargos sociais a recolher: Os valores registrados nesse grupo trata-se de valores a pagar a funcionários, autônomos, encargos de folha de pagamento: INSS a recolher, FGTS a recolher, IRRF sobre salários e PIS sobre folha de pagamento e autônomos.

	2023	2022
Salários e Remunerações a Pagar	2	2
INSS a Recolher	-	2.678
FGTS à Recolher	-	908
Demais Encargos à Recolher	147	870
Autônomos à Pagar	840	-
Total	**988**	**4.458**

5 – Projetos a realizar – Subvenções e/ ou convênios públicos resolução nº 1.305/10 (NBC TG 07): São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos públicos e privados, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. Para a contabilização de suas subvenções públicas e privadas, a Entidade atendeu a Resolução no. 1.305 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC que aprovou a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamental e a Resolução do CFC No 1409/12 que aprovou a ITG 2002. Adicionalmente, a Administração reconhece que deverá ser registrado como passivo a realizar de subvenções apenas o que é recurso de lei de incentivo.

	2023	2022
A realizar - C/C 51261-3 MINC PRONAC 203923	656.778	1.605.431
A realizar - PROAC plan anual n.o 37/2021 - c/c 46335-3	-	134.918
A Realizar - C/C BB 37094-0 Proac Nhande i va e Reko	12.199	100.000
A Realizar C/C BB 37127-0 Proac Poperopera Transatlantica	-	200.000
A Realizar C/C BB 37181-5 Proac Umbral	32.098	100.000
A Realizar C/C BB 55551-7 Rouanet 2024 - PRONAC	786.708	-
A Realizar C/C 37810-0 Proac - Sholem Aleichem	102.236	-
	1.590.019	**2.140.349**

6 - Obrigações Fiscais: Estão registrados nas obrigações fiscais imposto retido sobre serviços tomados, e ISS referente nota fiscal de serviços prestados pela Instituição. Adicionalmente em 2023, a Casa do Povo foi acionada pela prefeitura de São Paulo referente multas diversas, como obra em geral, segurança, postura em geral. Destas multas algumas eram devidas outras não, o que foi devido gerou dois PPIS (programa de parcelamento incentivado) que foi apresentado no Passivo circulante e não circulante conforme quadro a seguir, no curto prazo estão lançadas as 12 parcelas a serem pagas em 2023 e no longo prazo as parcelas a serem pagas nos próximos anos:

	2023	2022
CURTO PRAZO		
Tributos Federais a Recolher	178	178
Tributos Municipais a Recolher	265	--
PPI Municipal número 17758421-1 60 parcelas Total R$73.571,4	8.522	12.032
PPI Municipal número 4156665-3 48 parcelas Valor total R$113	19.969	26.891
TOTAL CURTO PRAZO	**28.934**	**39.101**
LONGO PRAZO		
PPI Municipal número 17758421-1 60 parcelas Total R$73.571,4	26.976	41.690
PPI Municipal número 4156665-3 48 parcelas Valor total R$113	21.310	49.723
TOTAL LONGO PRAZO	**48.286**	**91.414**

7 – Provisões trabalhistas: Foi registrado como provisão de natureza trabalhista em 2023 os saldos de férias mais impostos a serem pagos a funcionárias o valor de R$ 18.021,88

8 - Patrimônio líquido: O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social o Ajuste de Avaliação Patrimonial e acrescido do superávit do exercício de R$ 149.241,74 conforme apresentado na DMPL.

9 - As Receitas: Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência.

Em atendimento a Resolução do CFC No. NBC TG 47 de 2016, as receitas (fontes de recursos) da Entidade oriundas das atividades fins (receitas provenientes de convênios firmados com empresas privadas), são registradas pelos valores contratados pelos convênios firmados.

	2023	2022
RECEITAS OPERACIONAIS	**4.455.862**	**3.567.093**
Receitas das atividades	**4.455.862**	**3.567.093**
Subvenções Governamentais - União	1.048.673	1.179.867
Subvenções Governamentais - Estados	525.157	124.067
Subvenções Não Governamentais de Pessoas Jurídicas	-	889.987
Doações Não Governamentais - Pessoas Físicas e Jurídicas	-	101.004
Receita com emissão de nota fiscal	370.237	-
Mensalidades	300	6.427
Outras Receitas das Atividades (a)	2.122.196	930.312
Receita de aluguéis	112.609	182.666
Receitas de Aplicações Financeiras	276.689	152.763

(a) As outras receitas das atividades compõem os serviços prestados e eventos realizados.

10 – As Despesas: Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência.

	2023	2022
DESPESAS OPERACIONAIS	**(4.306.620)**	**(2.352.857)**
DESPESA COM PESSOAL	**(234.841)**	**(161.640)**
Ordenados, Salários, Gratificações e Outras Remunerações	(147.462)	(102.097)
Encargos Sociais com Empregados	(48.965)	(35.057)
Despesa com Provisão para Remuneração e Encargos dos Emprega	(18.022)	(13.949)
Alimentação/ Refeição	(17.798)	(8.800)
Vale Transporte	(2.594)	(1.737)
DESPESAS DAS ATIVIDADES	**(3.967.128)**	**(2.153.458)**
Despesas com Subvenções, Contribuições e Doações		
Prestação de Serviços por Pessoas Jurídicas - Apoio a projetos	(1.200.121)	(853.524)
Prestação de Serviços por Pessoas Jurídicas - Institucional	(212.509)	(206.171)
Locação de Equipamentos	(1.490)	-
Despesas de Consumo (Água/Esgoto/Energia Elétrica/Comunicaçã	(39.653)	(37.476)
Despesas de Consumo (Materiais de Expediente)	(133.539)	(83.549)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens e Instalações-Reformas	(110.843)	(156.180)
Despesas com Viagens, Diárias e Ajuda de Custo	(750)	(3.785)
Propaganda, Publicidade e Patrocínio	-	-
Depreciações e amortizações	(146.032)	(12.182)
Outras Despesas Administrativas	(18.241)	(14.214)
Outras despesas relac. programas, projetos ou ações	(20.002)	(62.585)
Prestação de serviços por pessoas juridicas (projetos, editais e eventos)	(2.083.948)	(723.791)
DESPESAS FIN. E TRIBUTARIAS	**(104.651)**	**(37.759)**
Multas (trib)	-	(26)
Despesa de juros e multas (fin)	-	(18)
IRRF s/ aplicação financeira	(60.866)	(15.820)
Outras Despesas Financeiras	(5.978)	(5.853)
Despesa com tributos Federais	(10.121)	(6.603)
Despesas com Tributos Municipais	(27.686)	(9.438)

11 - Apuração do Resultado: O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidos no resultado.

12 – Resultado do período: O superávit do exercício de 2023 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC Nº 1.409/12 que aprovou a NBC ITG 2002 em especial no item 15, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.

	2023	2022
Total de Receitas	4.455.862	3.567.093
Total de Despesas	(4.306.620)	(2.352.857)
Superávit	**149.242**	**1.214.236**

	2023	2022
Total de Receitas	4.455.862	3.567.093
Total de Despesas	(4.306.620)	(2.352.857)
Superávit	**149.242**	**1.214.236**

13 - Provisão passivos contingentes (Resolução CFC No. 1.180/09 NBC TG 25): Em 31/12/2023 a entidade possuía as seguintes disputas jurídicas, conforme apresentado na carta de circularização dos advogados:

A entidade possui processos reconhecidos como causas possíveis de perda totalizando R$ 20.510.037,81, não possuindo em 31/12/2022 nenhum processo reconhecido como provável a ser registrado no balanço.

14 – Da Demonstração de Fluxo de Caixa – DFC: A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC Nº 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 e com a Resolução do CFC Nº. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa. O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o INDIRETO.

São Paulo, 31 de dezembro 2023

MARCELA DO AMARAL BRITTO DE CASTRO:27677322883

Assinado de forma digital por MARCELA DO AMARAL BRITTO DE CASTRO:27677322883
Dados: 2024.06.17 19:07:02 -03'00'

Marcela do Amaral Britto de Castro
Direção executiva
CPF 276.773.228-83

Raul Paulino Torres:31463788843

Assinado de forma digital por Raul Paulino Torres:31463788843
Dados: 2024.06.17 18:04:20 -03'00'

Raul Paulino Torres
CRC: SP265092/O-6
CPF: 314.637.888-43

BENJAMIN DAVID PIERRE SEROUSSI:23269094884

Assinado de forma digital por BENJAMIN DAVID PIERRE SEROUSSI:23269094884
Dados: 2024.06.17 19:07:31 -03'00'

Benjamin Seroussi
Direção executiva
CPF 232.690.948-84